

APOIO PSICOSSOCIAL

Escutatória do Setembro Amarelo aconteceu no final de semana em Tangará

O atendimento contou com a participação de 13 profissionais

ROSI OLIVEIRA / Redação DS

Com o objetivo de oferecer um espaço de escuta com profissionais especializados para pessoas que pensam em suicídio ou que já tenham tentado tirar a própria vida, o Centro de Apoio Psicossocial (Caps) de Tangará da Serra realizou durante todo o sábado, dia 22, a ação “Escutatória”, que faz parte da vasta programação do Setembro Amarelo, movimento em alusão a campanha mundial de Prevenção ao Suicídio.

De acordo com a psicóloga do Caps, Thereza Érika, a ação é desenvolvida em grandes cidades e deverá se tornar uma frequente em Tangará da Serra. “Essa ação é inspirada em projetos das grandes cidades de atendimentos psicológicos gratuitos, onde as pessoas podem ir em busca de ajuda. É um momento de acolhida, de

“Essa ação é inspirada em projetos das grandes cidades

ouvir e acolher o paciente que no momento de abatimento se sente só e desamparado. Ali ouviremos e buscaremos ajudar”, frisou a organizadora.

Embora a procura tenha sido pequena, os organizadores se disseram satisfeitos com o resultado, uma vez que, em muitas das vezes o paciente tem um pouco de reserva em buscar ajuda.

O atendimento contou com a participação de 13 profissionais, entre eles, assistentes sociais, enfermeiros, médicos, sociólogos, psicólogos e psiquiatras.

A ação aconteceu no Posto Central durante todo o dia e foram atendidas 25 pessoas.



Ação faz parte da campanha mundial de Prevenção ao Suicídio

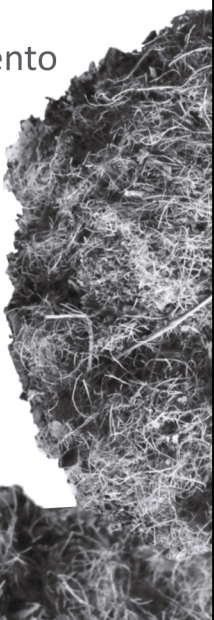
CASCAS DE COCO TRITURADAS

USO EM POMARES, HORTAS, JARDINS, VASOS E AGRICULTURA EM GERAL

Benefícios da casca de coco triturada:

- Retenção de umidade;
- Auxiliar no desenvolvimento das raízes;
- Contém potássio, magnésio e cálcio;
- Substrato no plantio de orquídeas e bromélias.

Meire
meirecoco@gmail.com
☎ (65) 99256-1461
(65) 99961-4144



Espalhe a alegria e a felicidade.
Distribua sorrisos.

CLÍNICA GERAL

ORTODONTIA

IMPLANTES

Dr. Eduardo Homs
Cirurgião Dentista (CRO-MT 4009)
3326-9047 | 9 9935-3383



AUDITORIA

Hospital realizou procedimentos sem doença comprovada

prejuízo talvez seja de aproximadamente R\$ 78 milhões

FOLHAMAX

Auditoria realizada pela Secretaria de Estado de Saúde (SES) no setor de oncologia do Hospital Regional de Cáceres Dr. Antônio Fontes aponta superfaturamento dos serviços entre 2012 e 2017 e ainda atividades que o secretário de Estado Luiz Soares avalia como criminosas. Ele estima que o prejuízo aos cofres públicos seja de aproximadamente R\$ 78 milhões ao longo dos 5 anos.

Para chegar ao número, Soares levou em consideração a economia de R\$ 1,3 milhão mensais feita pelo Estado após assumir a gestão da unidade, em outubro de 2017.

Segundo o secretário, o resultado da auditoria indica duas possibilidades. Houve execução de procedimentos desnecessários em pacientes para alcançar mais produção

e assim mais rendimentos ou o registro de atividades “fantasmas”, que existiram apenas no papel.

O relatório, baseado em dados coletados dos prontuários, dos controles de produção e das notas emitidas, constatou que pacientes fizeram cirurgias de câncer e procedimentos oncológicos sem sequer ter nos registros os exames que comprovam a existência ou suspeita da doença. O fato fere as normas do Sistema Único de Saúde (SUS), além de apontar indícios de um esquema que tinha como único objetivo aumentar os rendimentos da Associação Congregação de Santa Catarina, Organização Social de Saúde que administrava a unidade,

“Havia na lista paciente que tinha feito 5 cirurgias

e da Empresa M.M.S Serviços de Saúde Ltda-EPP, terceirizada para atender os serviços oncológicos.

Soares relata que quando a OSS entregou o hospital à administração do governo, um grupo de transição foi até unidade fazer um relatório preliminar e ficou aterrorizado com o que encontrou no setor oncológico. “Havia na lista paciente que tinha feito 5 cirurgias, um absurdo. O trabalho deles deu início a uma pesquisa minuciosa, que teve todos os resultados encaminhados para os órgãos de fiscalização e controle, como Ministério Público Estadual, Ministério Público Federal, Conselho Regional de Medicina e Assembleia Legislativa, onde funciona a Comissão Parlamentar de Inquérito da Saúde”.

Agora, o secretário diz que o Estado espera que os Ministérios Públicos assumam as questões criminais, já que tanto a Controladoria Geral do Estado como a Procuradoria Geral do Estado também estão agindo no sentido de reaver o dinheiro.